CARMEN M. RADULET

As viagens de Diogo Cão: um problema ainda em aberto



COIMBRA
1 9 8 8

CARMEN M. RADULET

As viagens de Diogo Cão: um problema ainda em aberto



COIMBRA
1 9 8 8



Separata da
Revista da Universidade de Coimbra
Vol. XXXIV — Ano 1988 — pág. 105-119

AS VIAGENS DE DIOGO CÃO: UM PROBLEMA AINDA EM ABERTO

CARMEN M. RADULET

Muitos dos pesquisadores que dedicaram a sua atenção à história da expansão portuguesa sentiram como problema delicado a cronologia das primeiras viagens de descobrimento promovidas pelo Rei Dom João II e sobretudo a definição das navegações de Diogo Cão. Sobre este momento de decisiva importância para a prossecução da exploração da costa africana, falta um testemunho que possa oferecer uma visão completa, circunstância agravada pelo facto de as indicações documentais serem muitas vezes contraditórias. Frente a esta situação verificaram-se duas atitudes críticas: em alguns casos foi delineada uma reconstrução coerente das viagens, com a formulação de hipóteses parciais ou de verdadeiras teorias de tipo global, mas em que não encontraram lugar todos os dados oferecidos pela documentação até hoje conhecida (1); em outros casos foi dedicada a atenção a questões limitadas ou a pormenores, incapazes porém de resolver inteiramente a questão (2).

Numa tentativa de revisão do problema Diogo Cão, é hoje indispensável efectuar uma releitura e um estudo pormenorizado e crítico das fontes, e só depois analisar algumas das mais significativas hipóteses delineadas nos estudos de tipo interpretativo. Isto até porque uma das afirmações que se repetem em relação a este navegador é o da escassez das fontes, afirmação aliás facilmente eliminável através do inventário das referências directas e precisas e das de tipo mais geral mas em que se encontram indicações reconduzíveis à história de Diogo Cão e à da sua acção. A saber:

a. crónicas (*Crónica de D. João II* de Rui de Pina; *Crónica del Rey Dom João II* de Garcia de Resende) e obras históricas de síntese (*Asia* de João de Barros, *O Tratado dos Descobrimentos* de António Galvão);

b. relações (Eustache de la Fosse; *Relação do Congo*, attribuída a Rui de Pina);

---

(1) Cf. PERES = Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Segunda ed. actualizada, Coimbra 1960 (pp. 253-286), estudo em que foi delineada a reconstrução hoje comummente aceite.

(2) Cf. por exemplo o estudo dos *padrões* efectuado por Luciano Cordeiro em CORDEIRO = Luciano Cordeiro, *Questões Histórico-coloniais*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1936, 3 vol.

c. alvarás (os dois alvarás de D. João II de 8 e 16 de Abril de 1484);

d. roteiros (*Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira);

e. padrões (os três de que ficaram vestígios);

f. inscrições (a inscrição de Ielala);

g. documentação cartográfica (cartas náuticas de Pedro Reinel, Soligo, Henricus Martellus, Kustmann III, Anónima inserida no Manuscrito Valentim Fernandes; globo de Martim Behaim);

h. referências acidentais (*Oratio de Obedientia* de Vasco Fernandes de Lucena; *Liber Chronicorum cum figuris et imaginibus ad initio mundi* de Hartmann Schedel; relatório da Junta de Badajoz de 1524).

A documentação, como se viu, é constituída por fontes de um tipo extremamente variado, que requer uma leitura e uma interpretação diferenciada através da qual é possível porém estabelecer alguns pontos bem definidos e uma série de coincidências de circunstâncias e de dados que permitem delinear uma cronologia, não completa mas plausível, da actividade de Diogo Cão a partir do ano 1480 até, aproximadamente, ao ano 1486.

A Coroa portuguesa, e sobretudo o Príncipe Dom João, de seguida à estipulação do Tratado de Alcáçovas, concentra todos os esforços para eliminar qualquer tipo de presença concorrencial espanhola nos mares da Guiné. A este fim os navios portugueses têm licença de combater e de prender qualquer navio que se encontre a navegar naquelas águas sem a autorização da Coroa (3). O nome de Diogo Cão aparece pela primeira vez exactamente neste bastante delicado momento da política de expansão (4), pois é indicado pelo francês Eustache de La Fosse, que se encontrava no navio *La Mondadina* preso em 6 de Janeiro de 1480 pelos portugueses nos mares da Guiné. De La Fosse afirma que depois de ter ficado uns tempos em companhia de um «Fernand de Les Vaux» teve que passar no navio de um outro capitão «Diogo Can, quy estoit un bien rebelle farset ne fus point sy bien traicté comme paravant, dont en eus la patience» (5). Com este capitão fica na região da Mina para vender a mercadoria que tinha no próprio navio, antes de ser conduzido a Portugal. Uma ulterior confirmação da presença de Diogo Cão nas frotas empenhadas na guerra de corso travada entre Portugal e Castela encontra-se no alvará com que D. João II acorda, no dia

(3) Cf. a este propósito o alvará com que D. Afonso V concede em 6 de Abril de 1480 ao Príncipe D. João poderes especiais para defender os interesses portugueses na Guiné; documento publicado por João Martins da Silva Marques em SILVA MARQUES = João Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses.* Documentos para a sua História publicados e prefaciados por —, Lisboa, Edição do Instituto de Alta Cultura, 1971, III voll. (vol. III, pp. 211-212).

(4) Sobre este assunto cf. Florentino Perez Embid, *Los Descubrimientos en el Atlantico y la Rivalidad Castellano-Portuguese Hasta el Tratado de Tordesillas,* Sevilla 1948, pp. 180-223.

(5) A relação que Eustache de la Fosse escreve sobre as suas experiências foi publicada por R. Foulché-Delbosc, em «Revue Hispanique», IV, n.º 11, 1897, pp. 174-201 (p. 183).

8 de Abril de 1484, uma tença de dez mil reais brancos a Diogo Cão pois o rei afirmando que: «...comsirando nos como djogo cãão caualeiro de nosa casa asy nas partes de gujnee como em outros lugares nos tem muj bem serujdo ...» (6), parece aludir exactamente a esta actividade do navegador.

D. João, imediatamente depois da sucessão ao trono, suscitando por vezes até a oposição de parte do seu concelho (7), dedica toda a sua atenção à política de expansão africana numa tentativa de reganhar o tempo perdido durante o reinado de D. Afonso V. Neste sentido é preciso atentar quer na construção do Castelo da Mina, quer na organização de novas expedições de exploração, quer à cautelosa, mas intensa, acção diplomática no campo internacional.

Acerca das viagens de exploração promovidas pelo rei D. João II falta um testemunho coevo exaustivo, ou melhor, falta qualquer documento em que se revele claramente a visão de conjunto e a progressão da obra expansiva promovida pelo monarca. Este facto é porém facilmente justificável; por um lado, a historiografia régia estava interessada sobretudo no registo da política nacional ou continental e, por outro, a prossecução, os resultados e a importância dos vários momentos da expansão não podiam ser apresentados na sua justa dimensão e alcance. Além disso, é mais do que compreensível que em seguida ao que se verificou durante os últimos anos do reinado de D. Afonso V e por causa da crescente concorrência espanhola em matéria de expansão extra-europea, a Coroa tivesse tomado medidas defensivas especiais. Com estas afirmações não se quer reabrir a questão do «sigilo», que, se não existiu como teoria geral, existiu como atitude e precaução limitada no tempo e ditada por circunstâncias especiais, como eram as que caracterizaram o reinado de Dom João II.

A existência de uma situação deste tipo tem como lógica e directa consequência a presença de uma documentação coeva relativa aos assuntos de expansão fragmentária que limitou também as tentativas de síntese efectuadas no século XVI por historiadores como Barros, Castanheda ou Galvão. Tendo em consideração esta precisa realidade é necessário acordar o mesmo peso potencial a todos os documentos existentes, sem privilegiar, como muitas vezes foi feito, aquelas fontes que se afiguram como as mais completas, mas não por isso, automaticamente, também as mais correctas.

A historiografia moderna, como se sabe, atribui a Diogo Cão a realização de duas viagens de exploração: uma primeira efectuada nos anos 1482-1484 e uma sucessiva nos anos 1485-1486. Segundo a reconstrução de

---

(6) Em Silva Marques, III, p. 273 e em leitura crítica em Cordeiro, *Questões* = Luciano Cordeiro, *Questões histórico-coloniais*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1936, 3 vol., (II, 66. 83-84).

(7) Cf. por exemplo o episódio relatado por Rui de Pina cerca da decisão do rei de mandar construir o Castelo da Mina, em Pina, *Crónica de D. João II* = Rui de Pina, *Crónica de* —, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, pp. 883-1033 (cap. II, pp. 894-898).

Damião Peres, aceite em seguida pela maioria dos historiadores (8), a primeira viagem de exploração de Diogo Cão teria começado antes de 31 de Agosto de 1482, provavelmente na primavera daquele ano. A frota teria utilizado o Castelo de São Jorge da Mina como base de abastecimento e depois teria seguido para o Cabo de Catarina, última terra descoberta no reinado de D. Afonso V. Damião Peres, com base na carta náutica de Cristóforo Soligo (9), nas indicações dos cronistas e na data grafada no padrão de Santo Agostinho, estabelece um hipotético percurso da frota [Anexo n.º 1]. As etapas mais significativas desta viagem seriam o descobrimento do Rio do Padrão-Congo, o assentamento do primeiro padrão de pedra na foz deste rio, o envio de uma embaixada portuguesa ao rei do Congo, a exploração da costa até ao Cabo do Lobo (Cabo de Santa Maria) e o assentamento aí de um outro padrão chamado de Santo Agostinho. Dum ponto da costa situado pouco mais para o sul, Diogo Cão teria voltado ao Rio Congo onde, não encontrando os emissários portugueses, teria capturado alguns indígenas empenhando-se de os reconduzir em pátria dentro de um prazo de 15 luas. O historiador coloca o regresso da frota a Portugal em fins de Março ou princípios de Abril de 1484 pois em 8 de Abril (10) e em 16 de Abril daquele ano D. João II galardoa Diogo Cão pelos serviços prestados à Coroa (11).

Segundo o mesmo historiador a segunda viagem teria começado no Outono de 1485 [Anexo n.º 2]. Nesta viagem Diogo Cão teria reconduzido os indígenas ao Congo, dentro do prazo estabelecido, recuperando os emissários portugueses. A exploração teria continuando para o sul e neste momento Diogo Cão teria explorado a Angra de João de Lisboa (Lucira Grande) que na viagem anterior teria considerado como Promontório Prasso. Provavelmente no dia 18 de Janeiro de 1486 (12) Diogo Cão poria no Monte Negro um primeiro padrão e, sucessivamente, um outro no Cabo do Padrão (Cape Cross). Com base no Insulário de Henricus Martellus, Damião Peres estabelece o ponto extremo da exploração na região da Serra Parda (Ponta dos Faralhões — 22º 10′ lat. sud.). Na viagem de volta Diogo Cão ter-se-ia detido no Congo onde, depois de uma visita ao rei, teria embarcado uma embaixada congolesa a D. João II. O regresso da frota a Portugal fica nesta reconstrução indefinido, como também o momento em que foi efectuada a exploração do rio Congo até aos rochedos de Ielala.

(8) Peres, pp. 253-286; cf. por exemplo o estudo de B. W. Diffie-G. D. Winius, *Foundation of the Portuguese Empire 1415-1580*, University of Minnesota Press-Oxford University Press 1977, pp. 151-159.

(9) «Cornaro Atlas», Egerton Ms. 73, Londres British Museum, carta n.º 33; descrição em Cortesão, *History* = Armando Cortesão, *History of Portuguese Cartography*, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1971, 2 volls (II, pp. 198-200).

(10) Cf. o alvará em Silva Marques, III, p. 273.

(11) Cf. o alvará IVI, III, p. 273 e 274-274.

(12) Damião Peres estabelece esta data com base em cálculos efectuados sobre uma indicação grafada no globo de Martim Behaim. Peres, p. 273, n. 2.

Através do cotejo das fontes surgem-nos porém dados que não concordam com a reconstrução cronológica proposta por Damião Peres. Pelo que diz respeito à primeira viagem, antes de mais nada, demonstra-se ser demasiado extenso o período 1482-1484: três anos é mais do que o tempo que foi necessário a Bartolomeu Dias, a Vasco da Gama ou a Pedro Álvares Cabral. A circunstância é ainda mais inexplicável se tomarmos em consideração o facto até que para uma expedição daquele tipo podiam ser suficientes 10-12 meses e que, como afirma Damião Peres, os descobrimentos foram efectuados durante o período 1 de Janeiro — 31 de Agosto de 1482 (13). A pergunta óbvia é: que é que fez a frota depois de finais de Agosto de 1482, sobretudo se, como declara Damião Peres a viagem de volta foi «muito mais rápida, e decerto mais directa» (14). A explicação documental ou lógica não existe e a justificação de uma tal extensão da viagem encontra-se unicamente na necessidade que os historiadores sentiram de pôr de acordo a datação 1482 do padrão de Santo Agostinho e o mês de Abril de 1484 em que D. João II galardoa o seu navegador, porque o tinha «muj bem serujdo em espeçeall em esta hida homde o envjamos a descobrir tera noua nas dictas partes de gujnee de que ora veyo em que Reçebemos delle mujto seruiço» (15).

Além disso, tirando a inscrição do padrão de Santo Agostinho, em nenhuma fonte documental aparece o ano de 1482 como época em que foi efectuada a primeira viagem de descobrimento de Diogo Cão: Rui de Pina fala em geral de uma primeira exploração realizada por aquele navegador antes de 1485 (16) e, igualmente, Garcia de Resende faz referência a uma primeira viagem efectuada antes de 1485 (17). Por sua vez, João de Barros coloca a primeira viagem em 1484 (18), enquanto Duarte Pacheco Pereira no *Esmeraldo de Situ Orbis* (19), António Galvão no *Tratado dos Descobri-*

---

(13) Damião Peres para esta hipótese combina as datas de 6681 da Criação e 1482 da era cristã e aplica o método agiológico à toponimia registada na carta de Soligo. Peres, pp. 260 e 265-266.

(14) IVI, p. 266.

(15) Silva Marques, III, p. 273.

(16) Pina, *Crónica de D. João II*, cap. LVII, 992-994, e Pina, *Relação* = texto em italiano, sem título, mas atribuível a Rui de Pina, Códice Riccardiano 1910, Florença, fls. 85r°-100 r° (fl. 85 r° e v°); a atribuição foi feita por Francisco Leite de Faria em *Uma relação de Rui de Pina sobre o Congo escrita em 1492*, em «Studia», n.° 19 (1966), pp. 223-303.

(17) Resende = Garcia de Resende, *Chronica dos valerosos e insignes feitos Del Rey Dom Ioam II*, Nova edição conforme à de 1798. Com introdução de J. Verissimo Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973, (Cap. CLVI, p. 221).

(18) Barros = João de Barros, *Asia*. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945; (Primeira Década, Livro terceiro, Cap. III, p. 85).

(19) Pacheco Pereira = Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Sitl. Orbis*, Reprodução anastática da ed. critica anotada por A. Epifânio da Silva Dias, Lisboa 1905, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1975; Terceiro Livro, Cap. 2, pp. 133-135; cf. também Joaquim Barradas de Carvalho, *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no «Esmeraldo de Situ Orbis»*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982, pp. 25-39.

mentos (20) e Martim Behaim no seu Globo, falam de 1484 como ano do começo da viagem ou como ano em que foram assentados por Diogo Cão os primeiros padrões de pedra da expansão portuguesa, em substituição das cruzes de madeira com que os navegadores tomavam antigamente posse das terras descobertas. Ligeiramente em contraste aparece ainda uma indicação contida no *Liber chronicorum cum figuris et imaginibus ab initio mundi* (21) em que Hartmann Schedel afirma que no ano de 1483 o rei D. João II confere o comando de dois navios a Diogo Cão e a Martim Behaim para uma exploração «ultra columnas Herculis ad meridiem versus Ethiopiam».

Ao lado destes elementos contrastantes, a leitura das fontes revela a existência de outros pormenores estranhos. Os cronistas, por exemplo, sentem a necessidade de pôr em relevo o facto de que os intérpretes que acompanham a frota não conseguem de maneira alguma compreender a língua daquela região e insistem depois sobre o facto que os reféns congoleses podiam, num segundo momento, servir como intérpretes. Nesta circunstância é lícito perguntar-se, em primeiro lugar, quais podiam ser os resultados que Diogo Cão esperava da embaixada enviada ao rei do Congo, vista a impossibilidade absoluta de comunicação; em segundo lugar, qual podia ser a motivação que determina o capitão a enviar portugueses ao interior do continente quando o regimento normal era o do descobrimento costeiro: seja no caso de João Afonso de Aveiro, quer no de Gonçalo de Sousa, em seguida a um primeiro reconhecimento costeiro, é o mesmo rei que toma a decisão para uma exploração no interior, não o capitão da frota.

Todas as incongruências até aqui relevadas impõem uma nova tentativa de interpretação dos dados documentais.

João de Barros antepõe à descrição das explorações realizadas durante o reinado de D. João II uma introdução em que esclarece a visão política do monarca e especialmente o seu desejo de confirmar os direitos portugueses sobre «toda aquela terra em que habitavam os negros» (22). Neste sentido o cronista põe em relação a construção do Castelo de São Jorge da Mina, a defesa das doações feitas pelos Sumos Pontífices e o assentamento dos primeiros padrões de pedra (23) feito por Diogo Cão. Num momento de extrema importância para a política de expansão no Atlântico do sul, paralelamente com a construção do castelo de São Jorge da Mina, é natural que D. João II tivesse enviado uma frota para continuar a exploração além do cabo de Catarina. A hipótese a que se pode chegar é que esta primeira

---

(20) Galvão, *Tratado* = António Galvão, *Tratado dos Descobrimentos Antigos e Modernos feitos até à Era de 1550*, Lisboa, 1731, p. 26.

(21) Nurenberg 1493.

(22) Barros, *Asia*, Primeira Década, Livro Terceiro, Cap. III, p. 85.

(23) Sobre a importância legal dos padrões cf. Serafim de Freitas, *Do Justo Império Asiático dos Portugueses*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983, 2 vols. (cap. VIII «De iure praelationis peregrinandi in Indos competenti Lusitanis ex Pontificis summi titulo», pp. 99-110).

expedição poderia ter tido como capitão Diogo Cão que, como sei viu, já tinha navegado nos mares da Guiné. Esta viagem, que designaremos como «viagem A» [Anexo n.º 3], poderia ter seguido o seguinte itinerário: ultrapassada a região da Mina e o Cabo de Catarina começa a verdadeira exploração e a descoberta de uma região cuja língua se revela incompreensível; segundo a praxe normal, o capitão decide prender alguns indígenas que no futuro podiam servir como intérpretes e como informadores; é descoberto o Rio do Padrão-Congo e assentado um padrão de madeira segundo o costume; continuação da exploração até ao Cabo do Lobo onde é implantado outro padrão de madeira; a frota volta a Portugal nos últimos meses de 1482 quando o capitão informa o rei dos resultados obtidos.

A segunda viagem, que chamaremos «B» [Anexo n.º 4], teria começado na primavera de 1483. Nesta ocasião, em conformidade com as novas exigências de defesa das terras descobertas, Diogo Cão leva os primeiros padrões de pedra, já preparados em Portugal, como testemunha a elegância dos monumentos (24), a indicação temporal bastante limitada (1 de Janeiro — 31 de Agosto) (25) e o facto, até agora passado inobservado, de no padrão de Santo Agostinho aparecerem na inscrição as palavras «estes padrões» e não «este padrão» como na inscrição em latim e na em português gravadas no padrão de Cape Cross. Fontoura da Costa aventou a hipótese de que a data registada no padrão não se referir à partida da expedição, que seria anterior, mas ao assentamento do padrão, calculado ou em Portugal ou registado num segundo momento (26), enquanto Damião Peres, rejeitando a teoria de Fontoura da Costa, afirmava que «a frase em que a data está integrada não assinala o acto da implantação do padrão, mas sim a inicial ordem régia, a qual não pode deixar de entender-se anterior, ainda que não muito, à partida» (27). Com efeito a intuição de Damião Peres apresenta-se perfeitamente em consonância com a nossa hipótese, só que num sentido geral diferente, pois os padrões de pedra testemunham o primeiro descobrimento e portanto levam a datação correspondente àquele momento.

O itinerário seguido pela frota nesta viagem seria «grosso modo» igual ao precedente: partida de Portugal, passagem pela Mina, onde desta vez a frota se pôde abastecer; chegada ao Rio do Padrão onde é substituída a cruz de madeira com o primeiro padrão de pedra (São Jorge); envio da embaixada ao rei do Congo, desta vez com um certo conhecimento linguístico; continuação da viagem em direcção do Cabo do Lobo, onde é substituída a segunda

---

(24) Já Luciano Cordeiro pôs em relevo as diferenças estruturais do padrão de Santo Agostinho e do de Cape Cross. Cordeiro, II, pp. 73-74.

(25) Peres, p. 260.

(26) Fontoura da Costa = Abel Fontoura da Costa, *As portas da India em 1484*, em «Anais do Club Militar Naval», n.º 3-4, T LXVI (1935), pp. 3-62 e 327-374 (p. 24).

(27) Peres, p. 260; também Luciano Cordeiro, depois de ter levantado a questão do assentamento dos padrões, num segundo momento recusa esta possibilidade sem oferecer justificações convincentes. Cordeiro, p. 28.

cruz de madeira com o novo padrão de pedra (Santo Agostinho) (28); a frota prossegue para o sul explorando a costa até à entrada da Angra de João de Lisboa (Lucira Grande) de onde volta novamente para o Congo; não encontrando os emissários enviados ao rei do Congo, Diogo Cão prende alguns indígenas estabelecendo um prazo para os reconduzir à pátria para os trocar depois com os portugueses da embaixada. Na viagem de volta a frota poderia ter descoberto a Ilha do Ano Bom (1 de janeiro de 1484) ou Ilha de Diogo Cão, nome com que aparece numa carta do Manuscrito de Valentim Fernandes (29) e na carta Kustmann III, chegando no Reino antes de 8 de Abril de 1484. Nesta ocasião D. João II notifica e expedição, confere reconhecimento público a Diogo Cão através dos dois alvarás e revela a utilização dos primeiros padrões de pedra. Esta suposição explicaria perfeitamente o aparecimento do ano de 1484 na documentação como ano em que foram assentados os primeiros padrões de pedra por Diogo Cão. A divulgação desta viagem teve como reflexo cartográfico o registo da costa africana até ao Rio Congo, na carta de Pedro Reinel, e até um pouco mais para o sul do Cabo do Lobo, na carta de Cristóforo Soligo.

O início da última viagem de Diogo Cão, que chamaremos «C» [Anexo n.º 5], pode ser colocado no Outono de 1485, como testemunham Rui de Pina (30) e confirmam os cálculos efectuados por Damião Peres sobre as datas gravadas no padrão de Cape Cross (31) e apesar das aparentes indicações divergentes de João de Barros (32) da legenda registada no globo de Martim Behaim (33) e da notícia consignada no *Liber chronicorum* de Hartmann Schedel (34).

---

(28) Pode ser levantada uma hipótese parcial com base na carta de Pedro Reinel que registra a costa africana só até ao Rio Congo: já Armando Cortesão estudando esta carta nota o facto de ela acabar com a indicação do padrão do Rio Congo, a diferença da carta de Soligo. Uma das explicações que Cortesão fornece é a de que a carta reflete uma viagem de descoberta a nós desconhecida [Cortesão, *History*, II, p. 210.]: em teoria poder-se-ia tratar da viagem de 1481-1482 de Diogo Cão.

(29) Valentim Fernandes, *O manuscrito «Valentim Fernandes»*, Leitura e revisão das provas pelo Académico António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, est. 14.

(30) Cf. Pina, *Crónica de D. João II*, Cap. LVII, p. 992 e Pina, *Relação*, fl. 85 rº a.] e Garcia de Resende [Resende, Cap. CLV, p. 221.]

(31) Peres; pp. 261-262.

(32) Barros, *Asia*. Primeira Década, Livro Terceiro, Cap. III, p. 85, fala de 1484 como sendo o ano em que foram postos os padrões de pedra, enquanto o resto da narração é desprovida de datação.

(33) Na legenda é feito o resumo de uma navegação numa formulação bastante relativa e confusa com passagem da terceira à primeira pessoa do singular e com a inserção de indicações comerciais de carácter divulgativo: evidentemente Behaim sacrifica a exactidão da notícia às exigências do público mercantil alemão, ao qual a sua obra se destinava.

(34) A fórmula de Schedel é bastante genérica e além disso a relatividade da informação é testemunhada também pelo registo do nome do capitão português que aqui aparece como «Jacobum Canum» e não como «Didacum», como seria natural.

A frota, partindo com os congoleses que anteriormente trouxera, teria chegado ao Rio Congo, teria explorado o rio, possivelmente até aos rochedos de Ielala, onde ficaram gravados os nomes de algumas pessoas e o novo escudo português introduzido por D. João em princípios de 1485 (35). Nesta circunstância o capitão teria trocado os indígenas com os portugueses ali deixados durante a precedente viagem e em seguida teria continuado a exploração para o sul chegando até ao Monte Negro onde, em conformidade com uma indicação contida no globo de Martim Behaim, teria assentado no dia 18 de Janeiro de 1486 (36) o primeiro padrão desta viagem. Na etapa sucessiva teria sido descoberto o Cabo do Padrão (Cape Cross) onde foi posto um outro padrão e finalmente o termo da exploração teria sido, em conformidade com a legenda do *Insulário* de Henricus Martellus (37), a Serra Parda (Ponta dos Faralhões (22° 10′ lat. sud.), de onde a frota teria voltado novamente para o Rio Congo para embarcar a embaixada do rei de Congo a D. João II. O regresso a Portugal fica indefinido (38) mas a darmos crédito às indicações de Behaim e de Schedel, poder-se-ia calcular ter ocorrido nos últimos meses de 1486 ou nos primeiros de 1487 (39).

Neste ponto fica ainda por enfrentar um outro dos problemas relativos a Diogo Cão, e mais precisamente o seu inexplicável desaparecimento da cena dos descobrimentos.

Em 1933 Eugéne Deprez põe em relevo a importância de uma frase contida na célebre *Oratio de Obedientia* pronunciada em 1485 por Vasco Fernandes de Lucena durante a coroação do papa Inocêncio VIII e em que se afirmava que os portugueses tinham chegado no ano anterior perto do Promontório Prasso onde começa o Golfo Arábico (40). A partir daquele momento a *Oratio de Obedientia* foi posta em directa relação com as viagens de Diogo Cão, pois o navegador foi acusado de ter fornecido a D. João II a errada notícia de seguida comunicada ao Papa. Assim foi elaborada a hipótese, geralmente aceite, de que Diogo Cão, chegando pouco mais ao sul do Cabo do Lobo, se teria enganado tomando a Angra de João de Lisboa como ponto extremo da África, ou seja, o Promontório Prasso que o cartografia ptolomáica colocava naquela costa, num ponto situado mais ou

(35) Cf. o estudo da inscrição em Cordeiro, II, pp. 299-313; A. Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1960 (3.ª ed.); pp. 125-126. Peres, pp. 282-286.

(36) A data «1485 den 18 jan.» da legenda foi interpretada por Damião Peres como 18.1.1486. Peres, p. 273.

(37) *Insularium Illustratum Henrici Martelli Germani.*

(38) Rui de Pina fala em 1489, o que é um erro evidente, devendo, provavelmente ler-se 1486. Pina, *Crónica de D. João II*, Cap. LVII, p. 996 e Pina, *Relação*, fl. 88 r° a.

(39) Behaim dá no seu globo como extensão da viagem 19 meses, enquanto no *Liber chronicorum*, na versão latina aparece a indicação 26 meses e na tradução alemã 16 meses.

(40) O texto foi publicado em Fontoura da Costa, *As portas*, p. 63 e ss. e em *The Obedience of a King of Portugal*, Translated, with commentary, by Francis M. Rogers, University of Minnesota Press., [1958].

menos a 15º lat. sul (41). O navegador, voltando para Portugal com tal notícia, teria obtido o reconhecimento do rei (alvarás de 8 e 16 de Abril de 1484) e teria dado origem à informação divulgada por Vasco Fernandes de Lucena. Este erro teria sido obviamente descoberto por Diogo Cão durante a viagem de 1485-1486 (42) e, de regresso a Portugal, teria causado a reacção do monarca. Damião Peres afirma que o «silêncio» que abrange a figura de Diogo Cão depois da segunda viagem é «consequência da cruel desilusão resultante dessa viagem: D. João II não era homem que perdoasse equívocos como o de Diogo Cão ... É assim possível compreender que Diogo Cão tivesse caído em definitivo desagrado, ficando sem qualquer recompensa uma soma de descobrimentos tão importante, como realmente era a que realizara durante a sua segunda viagem» (43).

Em verdade, a documentação relativa às viagens de Diogo Cão não oferece algum elemento que possa sustentar tal hipótese. Os alvarás em que os historiadores viram um reflexo desta notícia, se considerados no contexto da política de gratificação das pessoas directamente empenhadas na obra expansiva e no da criação de uma nova nobreza fiel ao rei, aparecem como acto natural e nada fora da praxe da Coroa (44). Além disso, é incompreensível que um capitão habituado a navegar nos mares da Guiné a que explora o Rio Congo até aos rochedos de Ielala se possa deixar enganar por uma angra vulgar, e que uma notícia como a do descobrimento do Promontório Prasso possa ter sido completamente ignorada pelos cronistas e pelos cartografos. Na carta de Soligo, por exemplo, em que são registados numerosos topónimos, em correspondência ao ponto que podia ter dado origem ao erro não é marcado algum topónimo. É bastante estranho também o facto que um cartógrafo como Soligo, que sem dúvida conhecia a colocação ptolomáica do Promontório Prasso, tivesse deixado de assinalar um elemento tão sensacional.

Giuliano Macchi salientou já algumas circunstâncias que redimensionam esta hipótese justificativa da atitude de D. João II durante o ano de 1485 (45). Antes de mais nada é indispensável considerar que a coroação do papa Inocêncio VIII representava uma oportunidade única para a Coroa portuguesa no quadro da política de defesa da expansão atlântica. Com efeito, o discurso de Vasco Fernandes de Lucena obteve resultados consideráveis consubstanciados na bula *Ordodoxae fidei* pela qual o papa acordava a D. João II

(41) Fontoura da Costa, *As portas*, pp. 44-48; Peres, pp. 269-272.

(42) Damião Peres chega a imaginar até o estado de ânimo do capitão: «Grande foi, com certeza, a sua mágua ao reconhecer o erro cometido, mas prosseguiu para o sul, ultrapassando o Monte Negro e o Cabo do Padrão...»; Peres, p. 273.

(43) Ivi., p. 277.

(44) O título acordado a Diogo Cão representa só um dos numerosos casos documentáveis na época dos descobrimentos.

(45) Giuliano Macchi, *L'avventura definita. Un secolo di viaggi e scoperte portoghesi*, em «Quaderni portoghesi», 4 (1978), pp. 21-48 [p. 31].

privilégios de tipo económico e garantia a assistência das ordens religiosas para a futura cruzada contra os infieis no Oriente. Portanto é mais lógico considerar este episódio, como faz Giuliano Macchi, como «una cosciente alterazione della verità da parte di D. João II, di un bluff ben calcolato (che nessuno avrebbe avulto la possibilità di scoprire per il momento e che assai probabilmente poteva essere assorbito in breve tempo dall'effettivo verificarsi dell'evento dato per compiuto)» (46). Esta hipótese aparece ainda mais plausível se considerarmos também o facto que, frente a uma notícia como o descobrimento do Promontório Prasso, é inexplicável que a última expedição de Diogo Cão tivesse tido como regimento o estabelecimento de relações com o rei do Congo e não a realização da circumnavegação da África.

Um outro elemento que vale a pena tomar ainda em consideração é a suposta «obscuridade que cerca a personalidade do insigne navegador desde a sua última viagem» (47). Como se viu até agora, o número de documentos em que se encontram referências a Diogo Cão é não só bastante elevado e variado, mas em muitos casos trata-se de documentos elaborados depois da última viagem deste navegador (crónicas, relações, monumentos cartográficos, etc.). Portanto o problema não é o de procurar uma explicação para uma inexistente eliminação da figura deste navegador da história dos descobrimentos mas, ao contrário, compreender porque, sobretudo o ambiente alemão, se concede um espaço privilegiado às navegações de Diogo Cão.

Vários dos documentos em que aparece a figura de Diogo Cão, como se viu até agora, são de origem alemã ou destinados ao público alemão: o globo de Martim Behaim, o *Liber chronicorum*, a carta da Ilha Diogo Cão do Manuscrito de Valentim Fernandes, a carta de Henricus Martellus. O nome que pode representar o traço de união entre o navegador português e a Europa do Norte é o de Martim Behaim, indicado por João de Barros como especialista em latitudes (48) e que Hartmann Schedel aponta como capitão do segundo navio da frota de Diogo Cão. Os historiadores atribuiram valores divergentes à figura e a real contribuição que o nuremburguês ofereceu à expansão portuguesa (49) chegando ao ponto de lhe negar a participação na viagem de Diogo Cão. Nada porém justifica uma tal atitude, até porque Behaim representa apenas um dos estrangeiros empenhados directa

(46) Ibid.

(47) Peres, p. 277.

(48) Barros, *Asia*, Primeira Década, Livro Terceiro, cap.

(49) Ravenstein (*Martin Behaim, his life and his globe*, London 1908), Joaquim Bensaúde (*L'astronomie nautique en Portugal à l'époque des grandes découvertes*, 1912) e Damião Peres (Peres, pp. 277-282) redimensionam a figura de Behaim, enquanto Viriato de Campos (*Viagens de Diogo Cão e de Bartolomeu Dias*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1966) chega a atribuir ao nuremburguês também a participação no contrato feito em 1486 entre Fernão Dulmo — João do Estreito e D. João II e a interpretar a sigla «A» dos rochedos de Ielala como indicação do nome «Alemão», isto é Martim Behaim (pp. 111-115).

ou indirectamente na expansão portuguesa; no caso específico de Diogo Cão apresenta-se como um divulgador em ambiente alemão dos mais significativos resultados das navegações portuguesas realizadas durante o reinado de D. João II.

Neste ponto fica ainda por tomar em consideração uma última questão: a legenda gravada por Henricus Martellus (50) no seu *Insulário* ao lado da Serra Parda, legenda que assinala o termo da última navegação de Diogo Cão e que levanta dúvidas cerca da sorte do mesmo navegador. Os historiógrafos e os latinistas tentaram interpretar a expressão «hic motirur» com que acaba a frase (51), elaborando três teorias contrastantes: «hic moritur» como indicação do ponto em que termina a Serra Parda; «hic moritur», como termos último da viagem de Diogo Cão; «hic moritur» como indicação da morte de Diogo Cão (52).

Com base na narração de João de Barros, que relata o encontro final entre Diogo Cão e o rei de Congo, e baseando-se na afirmação do mesmo cronista de o navegador ter regressado a Portugal, Damião Peres sem privilegiar a primeira ou a segunda hipótese, exclui a terceira. É todavia preciso salientar que João de Barros é o único que descreve um segundo encontro entre Diogo Cão e o rei de Congo, pois Rui de Pina, ao falar da partida da embaixada do rei de Congo, utiliza sempre fórmulas indefinidas do tipo: «despedio o Capitão, e Navios, e *nelles* tornou a enviar a ElRey com sua embaixada, e presente, Caçuta» ou ainda «Com a qual Embaixada o dicto Embaixador chegou a ElRey estando em Beja» (53). É portanto possível considerar que João de Barros extendeu, por exigências narrativas ou por errada interpretação do texto de Rui de Pina, o nome do capitão à inteira frota. Assim, a versão de Rui de Pina encontraria suporte quer na legenda de Henricus Martellus quer numa frase registada nos relatórios da Junta de Badajoz. No «Parecer de los astrónomos y pilotos españoles de la junta de Badajos sobre la demarcacion y propiedad de las islas del Maluco» apresentado perante «los disputadores» do rei de Portugal, lê-se: «y del dicho Cabo [Mesurado] se pusieron 930 leguas hasta Cabo de Buena Esperança, de las cuales descubrió Diego Can, desdel Cabo de Catalina hasta el Monte-negro, que puso 380 leguas, y en otro viaje desdel dicho Monte-negro pasó á Sierra Parda,

(50) Sobre a cartografia de Martellus cf. Roberto Almagià, *?mappamondi di Enrico Martello e alcuni concetti geografici di Cristoforti Colombo*, em «La Bibliofilia», vol. 42 (1940), pp. 288-311; e Ilaria Luzzana Caraci, *Il planisferio di Enrico Martello della Yale University Library e i fratelli Colombo*, em «Revista Geografica Italiana» T. LXXXV, 2 (1978), pp. 132-143.

(51) A legenda tem o seguinte texto: «ad hunc usque montem qui vocatur niger peruenit classis secundis regis portugalie cujus classis prefactus erat diegus canus qui in memoriam rei erexit columnam marmoream cum crucis in signe et ultra processit usque ad Serram Pardam que distat ab monte nigro mille miliaria et hic moritur».

(52) Cf. a bibliografia relativa às três hipóteses em Peres, pp. 274-277.

(53) Pina, *Crónica de D. João II*, Cap. LVII, pp. 995-996; Garcia de Resende retoma as mesmas fórmulas utilizadas por Rui de Pina-Resende, cap. CLVI, pp. 224-225.

donde murió..» (54). Damião Peres elimina esta indicação declarando que «é de crer que, tratando-se duma conferência sobre temas geográficos, essa frase não representasse mais do que uma primeira interpretação da legenda de Martellus» (55). Todavia o conjunto de elementos até aqui analizados revela exactamente o contrário do que afirma Damião Peres, pois se os cosmógrafos de Badajoz interpretam o «hic moritur» como «morre», isto quer dizer que naquela época era este o sentido corrente da expressão. Além disso a morte do navegador — e não uma hipotética vingança de D. João II, para uma hipotética errada informação — poderia oferecer a chave para esclarecer o desaparecimento de Diogo Cão da cena dos descobrimentos depois da viagem iniciada em 1485.

Com esta reorganização dos dados documentais relativos às navegações de Diogo Cão quis-se, antes de mais nada, pôr em discussão uma hipótese aceite quase com resignação e que, como se viu, não é convincente em muitos dos pormenores. A nova proposta contém também alguns pontos obscuros e circunstâncias ainda não perfeitamente esclarecidas, o que, na nossa visão, tem que representar a base de partida para uma pesquisa que, superando as teorias já radicadas, possa procurar estabelecer a realidade histórica na sua verdadeira dimensão, através da busca de novo material informativo e através de ums moderna e rigorosa leitura da documentação tradicional.

(54) D. Martín Fernández de Navarrete, *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los Espanoles desde fines del siglo XV*, Madrid 1825-1837, 5 vols. [vol. IV, p. 347].

(55) Peres, p. 275.

[Anexo n.º 1]

Primeira viagem 1482-1484 — segundo Damião Peres

— Partida antes de 31 de agosto de 1482 (provavelmente antes, na primavera)
— Passa pelo Castelo de São Jorge da Mina (abastecimento)
— Cabo de Catarina (última terra até então descoberta)
— As Duas Moutas
— Praia Formosa
— Ponta Branca
— Ponta da Barreira Vermelha
— Cabo do Paul
— Rio Poderoso — Rio Congo
— Padrão de São Jorge na Ponta do Padrão
— Rio da Madalena (22 de Julho)
— Rio de Fernão Vaz
— Monte Alto
— Terra de Duas Pontas
— Angra de Santa Maria (5 ou 15 de Agosto)
— Castelo de Alter Pedroso
— Cabo do Lobo
— Padrão de Santo Agostinho (28 de Agosto)
— mais um pouco para o sul
(reconstrução com base na carta de Cristóforo Soligo)
— na viagem de volta, descoberta a Ilha do Ano Bom (1 de Janeiro) ou Ilha de Diogo Cão
— chega em Lisboa no fim do mês de Março ou princípios de Abril
— alvarás de D. João II (8 e 16 de Abril de 1484).

[Anexo n.º 2]

Segunda viagem 1485-1486 (?) — Segundo Damião Peres

— Partida de Lisboa no Outono de 1485
— Escala no Congo (troca dos reféns indígenas com os portugueses ali ficados) — Ielala?
— Cabo do Lobo
— Angra de João de Lisboa (Lucira Grande) — que o teria enganado na viagem anterior (Promontório Prasso)
— Monte Negro
— Padrão (18 de Janeiro de 1486 com base em cálculos efectuados sobre a indicação de Martim Behaim — 18.1.1485)
— Cabo do Padrão (Cape Cross)
— Padrão (?, 1486)
— Sarra Parda (Ponta dos Faralhões — 22º 10′ Lat. Sud.) — identificada; fim da exploração (com base no Insulário de Henricus Martellus)
— na viagem de volta nova visita ao rei do Congo — Ielala?
— regresso a Portugal.

[Anexo n.º 3]

Viagem «A» — 1481-1482

— enviado pelo rei D. João II em viagem de exploração ao mesmo tempo em que se começa a construção do Castelo de São Jorge da Mina

— passa além do Cabo de Catarina

— chega ao Rio Poderoso (deixa padrão de madeira segundo o costume normal) continua a exploração até ao Cabo do Lobo (deixa novo padrão de madeira)

— captura indígenas que podiam oferecer informações e servir como intérpretes

— volta a Portugal nos últimos meses de 1482

— informa o Rei dos resultados obtidos

[Anexo n.º 4]

Viagem «B» — 1483-1484

— Partida em finais de 1483

— Passa pelo Castelo de São Jorge da Mina (abastecimento)

— Cabo de Catarina

— Rio Congo

— assenta novo padrão de pedra no lugar da antiga cruz de madeira, testemunhando porém o antigo descobrimento

— envia embaixada ao rei do Congo

— Cabo do Lobo (Cabo de Santa Maria)

— assenta novo padrão de pedra no lugar da antiga cruz de madeira, testemunhando assim o antigo descobrimento

— continua a exploração até à Angra de João de Lisboa (carta de Cristóforo Soligo)

— volta ao Congo — não encontra os portugueses e captura indígenas; estabelece um prazo para o regresso (15 luas?)

— descobre a Ilha do Ano Bom (1 de Janeiro de 1484) ou Ilha de Diogo Cão

— volta a Portugal antes de 8 de Abril de 1484

— D. João II notifica publicamente o descobrimento e galardoa Diogo Cão através dos alvarás de 8 e 16 de Abril 1484.

[Anexo n.º 5]

Viagem «C» — 1485-1486 (?)

— Partida no Outono de 1485 (com os reféns)

— Rio Congo — chega até Ielala (escudo em uso a partir de 1485)

— recupera os portugueses alí deixados na viagem anterior

— Angra de João de Lisboa (Lucira Grande)

— Monte Negro

— padrão (18 de Janeiro 1486? — Com base no Globo de Martim Behaim)

— Cabo do Padrão (Cape Cross)

— padrão (1486)

— Serra Parda (Ponta dos Faralhões) — onde, segundo o Insulário de Henricus Martellus, Diogo Cão provavelmente morre

— regresso da frota ao Rio Congo para embarcar a embaixada do rei do Congo

— regresso da frota a Portugal (últimos meses de 1486 ou primeiros de 1487).

Composto e impresso nas oficinas da
IMPRENSA DE COIMBRA, LIMITADA
Largo de S. Salvador, 1-3 — Coimbra